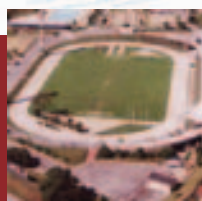


Novo Plano na Funcef

Participantes devem analisar a oportunidade e decidir de forma consciente sobre a adesão. Direitos foram preservados, com oferta de vantagens ao saldamento de planos antigos



Menos desigualdade e mais desenvolvimento em habitação



Empregados da Caixa de todo o país nos Jogos da Fenae



Seu **curta-metragem** pode valer pontos!

Estão abertas as inscrições para o primeiro concurso de vídeo do Circuito Cultural Fenaé. Os vídeos devem ter de 1 a 3 minutos e ser produzidos em câmeras VHS ou digital.

Os vencedores ganham pontos no Programa PAR:

- 1º lugar - 150.000 pontos no Programa PAR e troféu.
- 2º lugar - 100.000 pontos no Programa PAR e troféu.
- Júri Popular - 50.000 pontos no Programa PAR e troféu.

Todos os inscritos ganham 200 pontos no Programa PAR e os cinco vídeos pré-selecionados para o júri popular serão premiados com 2.000 pontos no Programa PAR cada um.

**Data-limite para inscrição:
31 de agosto de 2006.**

O regulamento completo e a ficha de inscrição podem ser encontrados nos sites da Fenaé (www.fenaé.org.br) e do programa PAR (www.programapar.com.br).

ATENÇÃO:

Leia atentamente o regulamento e siga as instruções de envio da obra, pois os trabalhos em desacordo com as regras não serão inscritos.



FENAE



APCEF

Plantar e colher (e vice-versa)

O momento é de boa colheita. Alguns resultados do esforço coletivo dos empregados da Caixa - levado a cabo por suas representações associativas e sindicais - compõem a cesta de conquistas servida aos que labutam por trás de balcões e guichês nas dependências da empresa e também aos aposentados.

Sem pausa na rotina da organização e da mobilização, os trabalhadores comemoram a transformação de algumas de suas mais caras reivindicações em realidade. Destaca-se, na Funcef, a implantação do Novo Plano e o saldamento do REG/Replan e a alteração estatutária em curso, já com avanços significativos no processo de democratização da gestão do fundo de pensão.

O Novo Plano trouxe as soluções possíveis para o quadro de dificuldades no gerenciamento dos recursos dos associados, tornando mais seguro o futuro da fundação. Ao mesmo tempo, preservou direitos e conquistas dos participantes, além de oferecer algumas vantagens importantes, conforme ressalta a matéria de capa desta edição da **FENAE AGORA**. As mudanças no estatuto consumaram, entre outras coisas, a paridade entre representantes da patrocinadora e dos empregados em todos os níveis de gestão (Diretoria Executiva e Conselhos Deliberativo e Fiscal), reivindicação histórica do movimento do pessoal da ativa e dos aposentados da Caixa.

No âmbito da Caixa, há também boas notícias. Recentemente, a empresa decidiu acatar antiga reivindicação das representações dos trabalhadores e divulgou normativo determinando o retorno da incorporação da gratificação de função ou cargo a partir de 10 anos de exercício. A medida só não saiu a contento porque estabeleceu data a partir da qual o direito pode ser concedido (10 de abril de 2006) e também limite de 180 dias para afastamentos do empregado da função a ser incorporada. A Fenae encaminhou ofício à presidenta da Caixa solicitando a discussão de ajustes no normativo.

Em relação aos demitidos pela RH 008, a Caixa estendeu o direito de retorno aos que entraram com ação judicial e ainda não obtiveram limiar. Até então, a reintegração só era permitida aos que haviam alcançado decisão liminar em suas ações.

Os aposentados ex-Sasse comemoram a garantia de solução para o Plano de Melhoria de Proventos e Pensões (PMPP). Depois de longos anos de batalha, os benefícios serão reajustados e passarão a ser pagos por meio da Funcef.

Foi assegurado ainda o retorno do auxílio-alimentação a quem se aposentou até 8 de fevereiro de 1995. A vitória, embora expressiva, é ainda parcial. As representações associativas e sindicais buscam ainda o restabelecimento do benefício a todos, independentemente da data de aposentadoria.

Mas a hora é também de reforço à busca de objetivos ainda não alcançados no árido campo da luta por melhores dias. De 27 a 30 de julho, os bancários de todo o país realizam conferência e encontros específicos por bancos, para darem encaminhamento à campanha salarial de 2006. Serão definidas formas de organização e de mobilização por melhoria dos salários, garantia do emprego, condições de trabalho, saúde e dignidade profissional.

A categoria levará também às ruas o seu compromisso com as causas sociais, especialmente com a exigência de mais empregos, de distribuição da renda e de saúde, educação e moradia a todos os brasileiros. ◀



Cardápio

5 Coquetel na Apcef/DF comemora aniversário de 35 anos da Fenae

6 Movimento Solidário da Fenae é lançado e busca parceiros

8 Delegações das Apcefs estão prontas para os Jogos da Fenae

10 Hora da decisão chega ao Novo Plano de benefícios da Funcef

14 Adesões à campanha "O Brasil precisa da Caixa" aumentam

15 Bancário paulista leva carro zero em promoção do Bolão do PAR

16 Rede de Pontos de Cultura se espalham por todo o Brasil

17 Circuito Cultural Fenae expõe talento de empregados da Caixa

18 Governo investe em habitação para reduzir déficit no país

22 Luta dos aposentados da Caixa leva a conquistas importantes

23 Trabalhadores querem participar de conselhos das estatais

24 Encontros deflagram campanha salarial do ramo financeiro

25 Congresso Nacional da CUT apóia reeleição de Lula

29 Livro "Vida e Arte" registra história de Lélia Abramo



Hora de viajar

O Vai Brasil foi criado para oferecer opções de viagens para quem quiser conhecer o Brasil. O site oferece pacotes completos, com passagem aérea e terrestre, hospedagem e passeios. Além dessas opções, você pode consultar preços promocionais e outros serviços como locação de automóveis e passeios a parques de diversões, museus, zoológicos e muitos outros atrativos. Para aproveitar a oportunidade, basta entrar no site e escolher para onde deseja viajar. A compra do pacote será feito por meio de contato das agências selecionadas. (www.vai brasil.com.br)



Baixe livros gratuitamente

O “Portal Domínio Público”, lançado em novembro de 2004, propõe o compartilhamento de conhecimentos de forma equânime, colocando à disposição de todos os usuários da rede mundial de computadores - a internet - uma biblioteca virtual que deverá se constituir em referência para professores, alunos, pesquisadores e para a população em geral. O portal permite a coleta, a integração, a preservação e o compartilhamento de conhecimentos, sendo seu principal objetivo o de promover o amplo acesso às obras literárias, artísticas e científicas (na forma de textos, sons, imagens e vídeos), já em domínio público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada, que constituem o patrimônio cultural brasileiro e universal. Dentre as obras mais acessadas encontram-se “A Divina Comédia”, de Dante Alighieri, “A Comédia dos Erros”, de William Shakespeare, e “O Príncipe”, de Nicolau Maquiavel. (www.dominiopublico.gov.br)

Controle social das contas públicas

Para acompanhar os gastos do governo federal em pagamentos, processos de licitação, aditamento contratual, empreiteira ou agência de publicidade, todo cidadão pode acessar livremente o Portal da Transparência. As informações técnicas estão dispostas de forma simples e didática para serem entendidas por qualquer pessoa. Além do portal, todos os órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta também divulgam em seus sites, na internet, uma página denominada “Transparência Pública”, contendo informações relativas às respectivas execuções orçamentárias e financeiras, licitações, contratos, convênios, despesas com passagens e diárias, exclusivamente para fins de controle social. (www.portaldatransparencia.gov.br).



Direitos fundamentais dos trabalhadores

O Instituto Observatório Social é uma organização que analisa e pesquisa o comportamento de empresas multinacionais, nacionais e estatais em relação aos direitos fundamentais dos trabalhadores. Esses direitos estão assegurados, principalmente, nas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que tratam da liberdade sindical, negociação coletiva, trabalho infantil, trabalho forçado, discriminação de gênero e raça, meio ambiente, saúde e segurança ocupacional. O Observatório é uma iniciativa da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em cooperação com o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócioeconômicos (Dieese) e Rede Inter-Universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho). Além do site, o instituto publica o “Observatório Social em Revista” e pesquisas. (www.observatoriosocial.org.br)

35 anos com os empregados da Caixa



A Fenae completou 35 anos. O aniversário, em 29 de maio, foi comemorado com coquetel na sede da Associação do Pessoal da Caixa do Distrito Federal (Apcef/DF). Participaram empregados e dirigentes da Caixa, diretores da Funcef e da Caixa Seguros, parlamentares e lideranças do movimento sindical e associativo.

O evento colocou em destaque a história de uma instituição que se revelou protagonista nas mobilizações das causas abraçadas pelos empregados da Caixa no curso das três últimas décadas e meia.

Desde a sua fundação, em 1971, a Fenae atua como fator de integração dos empregados, promovendo eventos sociais, culturais e esportivos de âmbito nacional. Na área cultural, destacam-se os concursos do Circuito Cultural Fenae e o Música Fenae. No esporte, os Jogos Regionais, promovidos em conjunto com as associações, e também os Jogos da Fenae, realizados a cada dois anos.

Em parceira com as associações, a federação desenvolve o programa de relacionamento PAR, que funciona como ferramenta para a promoção de eventos que resultem em interação, prêmios e pontos aos participantes.

Responsabilidade social

A Fenae atua também no combate à miséria e à degradação ambiental, pela distribuição da renda e pela inclusão social. Em janeiro de 2005, criou o seu Comitê de Responsabilidade Social, com o propósito de contribuir para a conquista das Oito Metas do Milênio, lançadas pela Organização das Nações Unidas (ONU). O comitê executa o projeto “Movimento Solidário”, com foco em Caraúbas do Piauí (PI), município entre os 15 com um dos piores índices de exclusão social do país (leia mais sobre o projeto nas páginas 6 e 7).

Atividade comercial

No segmento comercial, a federação administra a Fenae Corretora, empresa que conta com 350 empregados e oito filiais estrategicamente distribuídas pelo país. É a quinta no ranking das corretoras de seguros do Brasil.

Democracia e representatividade

A renovação da Diretoria da Fenae dá-se a cada três anos, em eleição direta. Participam os empregados da Caixa associados às Apcefs. O órgão máximo da entidade é o seu Conselho Deliberativo Nacional (CDN), composto pelos presidentes das associações estaduais.

“Tive a honra de presidir a Fenae em um período de transição do nosso movimento associativo. Obtivemos vitórias importantes, como no caso da jornada de seis horas, do direito à sindicalização e da paridade para os aposentados”.

José Gabrielense Gomes Duarte, ex-presidente da Fenae (1982 a 1985)

“Muitas batalhas e lutas foram desenvolvidas ao longo desses 35 anos. E a Fenae continua a estar onde sempre esteve: ao lado dos empregados da Caixa”.

Carlos Caser, ex-presidente da Fenae (1993 a 1999)

“A Fenae tem importância vital para o movimento dos bancários em todo o país, atuando como uma das maiores parceiras da Contraf/CUT”.

Vagner Freitas, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT)

“Comemoramos esses 35 anos com muita alegria, entre outras razões, porque temos a tranquilidade de afirmar que não foi em vão a luta em defesa dos bancários da Caixa e também da empresa”.

José Carlos Alonso, atual presidente da Fenae



Imagens da história

A história dos 35 anos de lutas e conquistas da Fenae está sendo contada por fotos, em exposição itinerante, que percorrerá todos os Estados até o final do ano.

Cada Apcef deverá ficar cerca de 20 dias com as fotos e depois encaminhá-las à associação seguinte, conforme roteiro preestabelecido. Foram produzidos três conjuntos de fotos da mesma exposição, o que permite realizá-la de forma simultânea em regiões diferentes. ◀

Um projeto social



Projeto Movimento Solidário da Fenae em Caraúbas do Piauí (PI) já começa a produzir resultados

A sigla RSE, que significa Responsabilidade Social Empresarial, está cada vez mais presente na sociedade brasileira. Da mesma forma, a Fenae não deixou a idéia passar em branco. O projeto Movimento Solidário, do Comitê de Responsabilidade Social da Fenae, lançado recentemente, volta-se ao desenvolvimento de Caraúbas do Piauí (PI), e já está dando resultados. Além de promover eventos sociais com o intuito de levar o projeto ao conhecimento da população, ações começam a ser postas em prática, transformando a idéia em realidade.

A iniciativa de promover a educação alimentar e cidadã e o controle social está em prática e conta com 60 crianças aprendendo e propagando estes conceitos por meio do canto, da dança, do teatro e da literatura de cordel. O projeto chama-se “Sabiá”, da Cordenadoria Estadual de Segurança Alimentar e Erradicação da Fome, do Programa Fome

Zero, e busca acabar com a fome e suas causas estruturais, diminuindo a desnutrição e ensinando como utilizar 100% dos alimentos.

Para contribuir com o aquecimento da economia local foi reativado o Caixa Aqui, serviço que possibilita pagamentos de contas e saques, inclusive o do Bolsa Família. Desta forma, ao invés de comprar alimentos e outros produtos em outras cidades, gasta-se no comércio local e ajuda na maior circulação de moedas. A proposição do Artesanato Solidário, em parceria com a Secretaria de Ação Social e Cidadania, também visa o desenvolvimento econômico, mas pela produção e venda do artesanato. O projeto tem colaboração do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e deve começar no início de 2007.

As linhas de ações do projeto prevêem ainda neste semestre a realização do Censo Escolar e do Planejamento Escolar. Em

parceria com a Secretaria Estadual de Educação e a Fundação Cepro (Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais) pretende-se identificar problemas e ajudar na qualificação dos professores, no transporte escolar, na construção de escolas e de novas salas de aula.

Na área de inclusão digital, há a possibilidade do programa Gesac (Serviço de Atendimento ao Cidadão), do Ministério das Comunicações, criar um telecentro com 20 computadores no município ainda este ano.

O edital já foi encaminhado e aguarda aprovação. Na área de habitação, serão construídas 200 casas populares financiadas pela Caixa Econômica Federal. Em outras áreas, a instituição estuda a aplicação de projetos sociais.

Sabiá é um programa social em execução no Piauí



em busca de parceiros



Vínculo sustentável

No dia 28 de junho, a Fenae realizou o lançamento do projeto Movimento Solidário para a comunidade piauiense de Brasília. A cerimônia aconteceu na sede da Apcef/DF e contou com a presença do prefeito e da primeira-dama de Caraúbas do Piauí, Licindo Ribeiro de Souza e Antonia Joaquina de Resende, da presidente da Nação Piauí, Raimunda Costa, e de empregados e diretores da Caixa, representantes da bancada piauiense no Congresso Nacional, presidentes de Apcefs, conselheiros eleitos da Funcef e dirigentes sindicais.

O objetivo foi mostrar como atuar na qualidade de agente de articulação e promoção de parcerias públicas e privadas, para que o município supere pro-



Ato de lançamento do Movimento Solidário em Caraúbas do Piauí, na Apcef/DF

blemas sociais e econômicos, hoje com um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país. “Não podemos fracassar neste projeto. A Fenae não vai desenvolvê-lo sozinha. É preciso articular com todas as instituições que queiram colaborar”, afirmou o presidente da Fenae, José Carlos Alonso.

O projeto social em Caraúbas do Piauí foi apresentado também para deputados e senadores, para empresas privadas e para diversos departamentos da Caixa. “O objetivo é ter uma ampla gama de parcerias, que envolva os mais diversos setores. Assim, cada parceiro poderá trabalhar na sua própria área de atuação”, afirma a presidente do Comitê de Responsabilidade Social da Fenae, Sandra Flosi.

Para conduzir o projeto, com meta em 2015, uma equipe de funcionários da Fenae tem feito visitas à Caraúbas do Piauí para identificar problemas emergentes e envolver a população com o projeto. Participe do projeto escrevendo para movimento.solidario@fenae.org.br ou obtenha mais informações pelo site <http://www.fenae.org.br/respsocial/movsol/>.

Caraúbas do Piauí - município do interior do Piauí, distante 255 da capital Teresina, possui um dos piores índices de exclusão social do Brasil



Mais de dois mil esportistas nos Jogos da Fenae de 2006

Evento contará com a participação de delegações de todas as 27 associações do pessoal da Caixa

A 7ª edição dos Jogos da Fenae cravará novo recorde de participação. São 2.107 inscritos, entre atletas e integrantes de comissões técnicas. Todas as Apcefs marcarão presença com suas delegações.

As disputas deste ano serão em Blumenau (SC), entre os dias 19 e 26 de agosto, no Centro Esportivo Bernardo Werner, do Sesi Blumenau. Apenas o tênis de campo será disputado fora das dependências do Sesi, no Bela Vista Country Club.

Os jogos de 2004, os maiores até então realizados, com 1.500 inscritos, ocorreram em Belo Horizonte (MG), depois de cinco anos de intervalo para a quinta edição. “Foram um marco na re-

tomada da tradição esportiva dos empregados da Caixa e deram nova dinâmica à organização do evento, o que tornou possível ultrapassar agora a marca de dois mil participantes”, enfatiza Pedro Eugênio Leite, vice-presidente da Fenae e membro da coordenação geral dos Jogos da Fenae 2006.

Os atletas da Caixa de todos os estados estarão envolvidos em cerca de 400 disputas individuais, em duplas ou coletivas. Concorrerão a medalhas de ouro, prata e bronze em 21 modalidades esportivas. O regulamento geral dos jogos, os regulamentos técnicos, as regras de cada modalidade esportiva, as tabelas, o ranking da competição e outras informações sobre o evento estão disponíveis no site da Fenae, em página temática específica (www.fenae.org.br/jogos/2006).

Competição e congratamento

As delegações se preparam nos estados para fazer bonito nas competições de Blumenau, arrebatarem as melhores classificações e elevarem as posições de suas Apcefs no ranking

geral dos jogos, onde despontam o Paraná na primeira posição, Minas Gerais na segunda e São Paulo na terceira. As associações promovem nesta fase treinamentos e torneios por modalidades.

O espírito competitivo dá o tom, mas há também o outro lado da moeda, onde reina a expectativa de se encontrar amigos, fazer outros, conversar muito, rir, festejar..., o que confere aos Jogos da Fenae sentido mais amplo que o de mero evento esportivo. A confraternização acaba, na verdade, sendo o fim maior, acima mesmo do que se vai ao pódio.

Atraídos pelo prazer de estar entre companheiros de trabalho das mais diversas partes do país, empregados não inscritos como atletas também manifestam intenção de ir a Blumenau. Muitos já garantem que se farão presentes, como é o caso de integrantes do Rota X Moto Clube, que reúne cerca de 280 empregados da Caixa de vários estados. Segundo o coordenador nacional do Rota, Luiz Alberto Maçaneiro, do Curitiba (PR), é crescente o número de motociclistas que



Centro Esportivo Bernardo Werner Sesi Blumenau

Estrutura disponível para os jogos

- 7 quadras (todas cobertas)
- 2 campos de futebol suíço montados no estádio (medidas oficiais: 60 m x 40 m)
- 1 campo de futebol de areia
- 1 quadra de vôlei de areia
- 1 piscina térmica coberta, de 25 metros de comprimento e 6 raia.



Comissão técnica dos Jogos 2006, é composta por dirigentes da Fenae, um representante de Apcef por região e um da Apcef-sede do evento

estão confirmando presença em Blumenau nos dias 26 e 27 de agosto.

Aposentados de São Paulo também se apresentaram para engrossar o coro da torcida do estado nas competições deste ano. A Apcef achou ótima idéia, abraçou a causa e vem tentando viabilizar um ônibus para os aposentados. Até o fechamento desta edição, ainda não havia confirmação sobre o êxito da operação.

A Apcef/SC tem a expectativa de que será grande o número de empregados catarinenses como torcedores nas competições, a exemplo do que ocorreu em abril, quando foram realizados também em Blumenau os Jogos da Integração. Na avaliação de Isair Dallazen, presidente da associação, o fato de a cidade-sede dos jogos ser mais centralizada no estado e o evento contar com a ótima estrutura do Sesi local facilita a presença da torcida.

Os paranaenses estão sendo incentivados pela Apcef a fortalecerem a torcida do estado pela manutenção do primeiro lugar na classificação dos jogos. O Rio Grande do Sul, por sua vez, espera força extra para subir do terceiro lugar e, quem sabe, assumir a ponta do ranking. Os demais estados também desejam contar com o maior número de torcedores possível, mas o que prometem mesmo é atitude e competitividade, para superar eventual desvantagem nas arquibancadas.

Atrações de Blumenau e região

Fábricas de cerveja artesanal, em Blumenau e demais cidades da região.

Gastronomia e outros elementos da cultura alemã, em Blumenau, Pomerode, Timbó e Indaial. Pomerode detém o título de cidade mais alemã do Brasil.

Oktoberfest - A 23ª edição da tradicional festa que acontece em Blumenau será entre os dias 5 e 22 de outubro, mas a Prefeitura Municipal comprometeu-se com a coordenação geral dos Jogos da Fenae em realizar uma minifesta durante o evento dos empregados da Caixa. Providenciará o local em que será realizada a festa para os participantes dos jogos, assim como a decoração e a apresentação de bandas locais, tipicamente alemãs.

Fenatib - 10º Festival Nacional de Teatro Infantil de Blumenau, no Teatro Carlos Gomes, Fundação Cultural de Blumenau e espaços alternativos. Encerramento no dia 19 de agosto.

Beto Carrero Word - Parque temático localizado na Praia de Armação, no município de Penha (SC), a cerca de 70 quilômetros de Blumenau.

Florianópolis - A capital do Estado de Santa Catarina está a 130 quilômetros de Blumenau. O percurso entre as duas cidades é feito em aproximadamente 1h15, pela BR 101, de pista duplicada.

A Apcef/SC oferece em Florianópolis opção de hospedagem e lazer. São 40 apartamentos para até cinco pessoas cada, com cozinha montada. O clube localiza-se na Praia de Jurerê, norte da ilha, a 20 quilômetros do centro de Floripa. Reservas pelo site www.apcefsc.org.br e pelo telefone (48) 3282-1437.

Acessos a Blumenau

A cidade está situada no nordeste de Santa Catarina, a 45 km da BR-101. O acesso se dá pela BR-470. Para quem chega de avião, há três opções: o aeroporto executivo “Que-ro-Quero”, em Blumenau; o aeroporto de Navegantes, a 40 km - um dos mais seguros do país -, ou o Aeroporto Internacional Hercílio Luz, em Florianópolis, a 130 km. ◀



Novo Plano da Funcef, hora da decisão

Após dois anos de espera, empregados têm opção de aderir ao Novo Plano de benefícios da Funcef

● Michelle Rusche

Quem estava aguardando a aprovação do Novo Plano de benefícios para aderir à Funcef, a hora chegou. Foram mais de dois anos de intensas discussões pelo Grupo de Trabalho, formado por representantes dos empregados e aposentados, da Caixa e da Funcef, para a elaboração e conclusão dos termos aprovados. O aval da Secretaria de Previdência Complementar (SPC) foi dado no dia 14 de junho e traz inúmeros benefícios aos associados do terceiro maior fundo de previdência complementar do Brasil.

O Novo Plano é de contribuição variável, com responsabilidade paritária entre a Caixa e os participantes em caso de déficit na fase de recebimento dos benefícios. No caso do desligamento da Caixa, permite o resgate total do saldo em conta, incluindo a parte vertida pela patrocinadora, desde que o participante não tenha contribuído por 15 anos. Este mecanismo, entre outros, como a portabilidade e o Benefício Pleno Diferido é resultado da lei complementar 109, de 29 de maio de 2001, que inclui estes institutos para os planos de benefícios.

Uma inovação importante é o Fundo para Revisão de Benefício, que permitirá que metade da rentabilidade acima da atuarial seja utilizada, aumentando o benefício dos aposentados e os benefícios saldados. Outro aspecto é a inclusão do CTVA, ou seja, do piso de mercado,

como parcela do salário de participação, com contribuição da Caixa também sobre este valor, limitado ao teto de contribuição do plano: R\$ 8.300.

Para o diretor de Controladoria da Funcef, Carlos Alberto Caser, é preciso ressaltar outras vantagens importantes. “O aumento da contribuição da Caixa para até 12%, a eliminação do limite de idade para todos os planos e a instituição de mecanismo especial de reajuste dos benefícios são demonstrações inequívocas da preocupação com a defasagem até então existente”, afirmou.

“O saldamento e o Novo Plano representam um avanço importante em nossas lutas. Além das novas regras proporcionarem benefícios concretos aos participantes, no bojo da discussão e da negociação com a Caixa, nós conseguimos tornar realidade uma reivindicação histórica, que foi a conquista da paridade na gestão da Funcef. Isso significa mais con-

trole, mais transparência, mais fiscalização pelos participantes. Estou convicto de que, embora não apresente solução definitiva para todos os desafios encontrados, é um passo adiante, e a luta deve continuar”, afirma Caser.

Incentivos ao saldamento

No caso dos ativos e aposentados ou pensionistas dos antigos planos de previdência da Funcef, foram criadas regras para efetuar o saldamento, de forma a garantir os direitos acumulados do associado. O prazo de adesão ao saldamento do REG/Replan termina no dia 31 de agosto de 2006.

REG/Replan - Os ativos receberão 1,5% de ganho real sobre o salário de participação para cada ano, entre a idade atual e aquela prevista para a aposentadoria (48 para mulher e 53 para homem), acréscimo de 10,79% de incentivo sobre o benefício saldado, e mais 4% sobre o benefício saldado a título de rea-



Funcef realiza ato oficial de lançamento do Novo Plano em sua sede em Brasília.

juste, em virtude das defasagens obtidas nos anos anteriores. Esta última correção vai depender do resultado do plano, ou seja, se houver recursos suficientes em caixa para efetuar o pagamento neste ano.

Os aposentados receberão os mesmos benefícios oferecidos aos que migraram para o REB, além de abono de R\$ R\$ 1.350. Também vão receber o reajuste adicional de 4% se houver recursos no plano.

REB - Os assistidos que migraram para o REB e se aposentaram depois de setembro de 2001 terão o benefício reajustado em 9%, desde que não tenham recebido esse reajuste anteriormente. A Caixa também pagará R\$ 1.350. A adesão ao plano saldado também dará o direito de retirada da parcela do Benefício Único Antecipado, quando da aposentadoria.

Pós-78 - Ao pessoal que teve seus benefícios reduzidos devido ao ingresso na Caixa a partir de 24 de janeiro de 1978 e se aposentou antes de completar 55 anos de idade será feita a revisão dos benefícios, sendo que a Funcef pagará a diferença desde abril de 1998 ou da data de início da aposentadoria, caso esta seja posterior àquela.



Agência Novo Plano realiza atendimento na sede da Funcef, em Brasília

Atendimento

Para atender os novos associados e os antigos, a Funcef abriu uma série de canais de comunicações. Serão realizados cerca de 100 seminários em todo o Brasil. Um site na internet possui notícias, explicações e opção de adesão (www.funcef.com.br), uma central de atendimento tira dúvidas pelo 0800-99-1900, uma Agência Novo Plano atende ao público no térreo da sede da Funcef, em Brasília.

Os aposentados vão receber por correio uma cartilha Tira-Dúvidas para esclarecer sobre o saldamento e Novo Plano, oferecendo também instruções sobre como aderir a ele. Além da cartilha, serão enviados os regulamentos dos planos, o folder e o termo de adesão para quem quiser aderir às novas regras.

Os demais associados receberão os kits informativos em suas lotações de trabalho.

Benefícios do Novo Plano

Benefício Programado Pleno

Carência de 10 anos;
ao aposentar-se pelo INSS ou ter 48 anos (mulher) ou 53 anos (homem).

Benefício Programado Antecipado

Carência de 15 anos;
sem necessidade de aposentar-se pelo INSS e sem limite de idade.

Benefício Único Antecipado

Opção de receber à vista, no ato da aposentadoria, 10% do saldo em conta.

Benefício por Invalidez

Concessão de aposentadoria para os dependentes, inclusive companheiros(as) do mesmo sexo, no caso de invalidez ou pensão por morte. No caso de filhos e enteados, o benefício será pago até completarem 24 anos.

Pecúlio por Morte

Benefício de risco de pagamento único aos beneficiários ou, em sua falta, aos herdeiros legais.

Abono Anual

Benefício pago ao assistido a título de 13º salário.



Grupo de Trabalho do Novo Plano reunido no dia 09/09/2005, em Brasília

História

Para elaborar o novo plano de benefícios foi instalado, no dia 20 de agosto de 2003, o Grupo de Trabalho do Novo Plano, composto por três representantes dos participantes, três da Caixa e três da Funcef. A medida veio para atender a proposição dos conselheiros eleitos da fundação.

“Pelo fato de termos representantes dos participantes no Conselho Deliberativo, conseguimos ter informações qualificadas sobre a gestão da Funcef. Isso permitiu que fizéssemos frente às propostas da Caixa e propuséssemos alternativas que melhor atendessem aos participantes”, afirma o presidente da Fenae, que integrou o Conselho Deliberativo da fundação e o GT do Novo Plano, José Carlos Alonso.

Os representantes dos participantes foram indicados pela CNB/CUT e defenderam um plano com os princípios aprovados pelo 19º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecf) e contidos na pauta aprovada pela Federação Nacional das Associações de Aposentados e Pensionistas da Caixa Econômica Federal (Fenacef), tais como: fim da exigência de idade mínima e desvinculação do pagamento do benefício ao INSS; enquadramento à lei complementar 109/01, respeitando os novos institutos de portabilidade, benefício proporcional diferido e resgate da totalidade das contribuições pessoais; responsabilidade paritária da Caixa em caso de déficit; e distribuição,

nas contas individuais, das contribuições da patrocinadora.

“Esses benefícios não eram garantidos pelos antigos planos e cada vez mais os empregados se aposentavam com benefícios mais baixos”, afirma Alonso.

Desafios

O que as entidades representativas dos empregados da Caixa buscam agora é criar um único plano para todos. “A conquista do Novo Plano foi um grande ganho, porque possibilita criar condições para que os antigos e os novos empregados, e também os aposentados possam se aglomerar num mesmo plano de benefícios. Desta forma, alcançamos o objetivo de poder negociar com a Caixa de modo a atender igualmente a todos”, afirma o presidente da Fenae.

Para o vice-presidente da Fenacef, que também integrou o GT do Novo Plano, Carlos Levino Vilanova, o mesmo objetivo é buscado. “A meta da federação dos aposentados, segundo nosso entendimento, é que todos, em curto espaço de tempo, possam migrar para o Novo Plano, ficando a Funcef com todos os seus associados em apenas um plano, com direitos e obrigações absolutamente iguais”, afirmou.

Dirigentes assinam adesão ao Novo Plano da Funcef

A Fenae realizou no dia 11 de junho um evento em sua sede em Brasília de adesão conjunta ao Novo Plano da Funcef. Estiveram presentes dirigentes sindicais e associativos, além de aposentados. Participaram, entre outros, José Carlos Alonso (diretor-presidente da Fenae), Pedro Eugênio Beneduzzi Leite (vice-presidente da Fenae), Jair Pedro Ferreira (diretor de Administração e Finanças da Fenae), Ismael Arthur Galleazi (presidente da Apcef/DF), Sinval de Melo Monteiro (aposentado), Ricardo Valença (Genac), Alice de Oliveira Martins (Gemac), Carlos Alberto de Menezes Evaristo (diretor do Sindicato dos Bancários de Brasília), Sérgio Santos Serra (Gemac) e Francisco Erismar da Silva (Gesad/Supis).

“É um plano mais justo para a categoria, que corrige uma série de distorções do REG/Replan e garante uma complementação do benefício”, afirma o diretor do Sindicato dos Bancários de Brasília, Carlos Alberto de Menezes Evaristo, que fez o saldamento do REG/Replan e aderiu ao Novo Plano.

O presidente da Fenae, José Carlos Alonso, que integrou o GT do Novo Plano, orienta os empregados.

“É importante que todos conheçam o Novo Plano e tomem uma decisão consciente sobre as mudanças apresentadas”, disse.





Membros do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva da Funcef tomam posse em cerimônia realizada no dia 2 de junho, na sede

Paridade na gestão

A paridade na gestão do fundo de pensão dos empregados da Caixa torna-se enfim uma realidade. Após muitos anos de luta, a nova Diretoria Executiva e os conselheiros eleitos e reconduzidos aos Conselhos Deliberativo e Fiscal - todos com representação paritária da patrocinadora e dos empregados - tomaram posse no dia 2 de junho na sede da fundação, em Brasília. A chapa 1, Movimento Pela Funcef, foi a eleita com 49% (20.256) dos votos.

A abertura da solenidade foi feita pelo presidente do Conselho Deliberativo, João Dorneles, que ressaltou as ações de fortalecimento da democratização, boa prática da governança corporativa e elaboração de um novo plano de benefícios. “Estamos trabalhando na recuperação de investimentos que, até pouco tempo, eram usados de forma indevida”, afirmou.

Carlos Caser, eleito para compor a diretoria paritária, falou sobre a importância da conquista da paridade e pediu esforços para que os cerca de 15 mil empregados da Caixa que não participam da Funcef sejam foco de uma intensa ação. “Este é um trabalho que precisa começar já”, enfatizou.

Além disso, ele reafirmou os compromissos da nova gestão. “Vamos tra-

balhar pela transparência, pela ética nos negócios, pelo zelo aos recursos, por planos cada vez mais adequados”.

O presidente da Fenae, José Carlos Alonso, cuja gestão como conselheiro no Conselho Deliberativo se encerrou, falou sobre as conquistas ao longo desses quatro anos. “Quando assumimos, uma grande reivindicação era levar informações da Funcef aos participantes, uma vez que ninguém sabia o que acontecia dentro da instituição. Outro desafio foi a proposição de um novo plano de benefícios e hoje comemoramos a sua aprovação”, afirmou.

Citando ainda a transparência com que a fundação vem trabalhando, falou da maior conquista: “A realização desta eleição, porém, coroou a atuação desta gestão. O caminho da democracia é o que vai favorecer o caminho de todos os participantes. Estamos definitivamente consolidando a gestão paritária”, concluiu Alonso.

Decisões democráticas

A Diretoria Executiva conta com seis membros, três da patrocinadora e três dos participantes. O diretor eleito pelos participantes Antônio Bráulio de Carvalho recebeu certificado do presidente da Comissão Eleitoral, Jair Pedro Ferreira, qualificando-o como legítimo diretor eleito. Porém, ele só tomará posse após a aprovação do novo estatuto, o que deverá ocorrer em breve.

Os conselhos são compostos da seguinte forma: Conselho Deliberativo, três representantes dos participantes e três da patrocinadora; Conselho Fiscal, dois dos participantes e dois da patrocinadora. ◀

Os eleitos

Para o Conselho Deliberativo:

José Miguel Correia e Carlos Levino Vilanova (membros efetivos com mandato de 4 anos). Célia Margit Zingler e Edgard Antonio Bastos Lima (suplentes). Fabiana Cristina Meneguele Matheus (membro efetivo com mandato de 2 anos). Antonio Luiz Fermino (suplente).

Para o Conselho Fiscal:

Emanuel Souza de Jesus (membro efetivo com mandato de 4 anos). Isair Dallazen (suplente). Olívio Gomes Viera (membro efetivo com mandato de 2 anos). Regina Maria da Costa Britto Pereira (suplente).

Para a Diretoria Executiva:

Carlos Alberto Caser, Sérgio Francisco da Silva e Antônio Bráulio de Carvalho.

Banco social, interesse da sociedade e dos bancários

Campanha “O Brasil precisa da Caixa” conta com envolvimento dos empregados e da sociedade civil

A compreensão sobre a importância da Caixa para o Brasil tem se expressado pelo conteúdo e intensidade das manifestações de apoio e solidariedade à campanha em defesa da empresa, lançada em março pela Fenae, com respaldo das associações de pessoal (Apcefs) e sindicatos.

São inúmeras as mensagens enviadas à Fenae por empregados da Caixa com elogios à iniciativa e com sugestões sobre como levá-la adiante, em busca de envolvimento cada vez maior dos trabalhadores da empresa. A repercussão na sociedade deu-se igualmente de forma positiva e pode ser medida pelo número expressivo e crescente de adesões ao manifesto “O Brasil precisa da Caixa”, por parte de entidades sindicais e populares, organizações não-governamentais, personalidades e lideranças políticas.

As manifestações realizadas nos estados pelas Apcefs e sindicatos contam com envolvimento dos empregados e da população. Entre abril e junho, ocorreram atos em Goiânia, Brasília, Fortaleza, Rio de Janeiro, Baixada Fluminense, Salvador, João Pes-

soa, Rio Branco e Teresina, todos com repercussão positiva nos meios de comunicação locais. O programa Direto de Brasília da TV Band abriu espaço para a discussão sobre a Caixa como pilar

das políticas públicas, em entrevista com o presidente da Fenae, José Carlos Alonso. Além de destacar a importância da empresa na área social desde a sua criação, em 1861, Alonso falou da necessidade de se buscar respaldo na sociedade em defesa da instituição, dada a ameaça presente de retorno do projeto de privatização.

Projetos para o desmonte

A agência Carta Maior deu destaque à cobertura da campanha, também com ênfase na ameaça de privatização. “A hipótese de forças políticas liberais voltarem ao Planalto com suas idéias privatistas assusta movimentos sociais, parlamentares e trabalhadores da Caixa Econômica Federal, que estão se mobilizando para defender a vocação pública do banco”, informou o site. A matéria assinada por André Barrocal lembrou ainda que “o movimento ‘O Brasil precisa da Caixa’ apro-



Ato da Fenae, Apcef e Seeb/DF em Brasília

veita a campanha para pregar a rejeição de projetos apresentados na Câmara dos Deputados que enfraquecem a instituição, mesmo que ela siga estatal”. Como exemplo, são citados os projetos do deputado Cel-

so Russomano (PP/SP), que propõe autorizar bancos privados a receber depósitos judiciais, o que só a Caixa faz hoje, e o projeto do deputado Coriolano Sales (PFL/BA), que extingue o monopólio da Caixa no segmento de penhor.

As manifestações da campanha “O Brasil precisa da Caixa” contam com material de divulgação produzido pela Fenae, entre os quais adesivos, balões e cartilhas, que podem ser requisitados pelas Apcefs e sindicatos. A cartilha está disponível para leitura no site da Fenae, em página temática específica (www.fenae.org.br/campanhas/brasilcaixa), onde se pode conferir também as notícias, o manifesto da campanha e a lista de adesões.

O setor de comunicação da Fenae criou também a comunidade “O Brasil precisa da Caixa” no orkut, que já contava, em 10 de julho, com 1.190 membros. Para

participar, é necessário fazer parte do orkut e acessar o endereço <http://www.orkut.com.Community.aspx?cm=12879818>. ◀



Manifestação promovida pela Apcef e pelo Sindicato do Ceará conta com envolvimento dos bancários e da sociedade na campanha “O Brasil precisa da Caixa”. O diretor da Fenae e presidente do Seeb/CE, Marcos Saraiva (foto à direita), dirige-se à população, em Fortaleza, para denunciar os ataques que a empresa e seus empregados têm sofrido

Gol de presente para participante do Bolão

A Copa não agradou muito aos brasileiros. No entanto, o Bolão do PAR chegou na final e ainda marcou um gol, dando um carro zero "Copa 2006" para um funcionário que acertou mais chutes durante a vigência da promoção. O carro foi para Alexandre Remiro, de Barretos (SP). Ele deu seus chutes em todos os 64 jogos da competição e, em decorrência disso, foi contemplado com o maior prêmio da campanha. Os 80 participantes que acertaram os resultados dos jogos nos quais a seleção brasileira participou levaram camisas oficiais. Ao todo, participaram da campanha Bolão do PAR 17.630 empregados cadastrados.

As campanhas anteriores, CarnaPAR, PARa Mulheres, Doce PARceria e PARa Mães, contaram com a participação de 41.127. Atualmente o PAR conta com mais de 61 mil participantes, dos quais dez mil se associaram no primeiro semes-

tre deste ano. período em que, foram resgatados quase 40 mil produtos por meio do portal (www.programapar.com.br).

"O PAR continua mantendo o vigor das participações e isso se deve às campanhas e promoções voltadas ao público e à inauguração do novo portal. O fato de mais pessoas estarem se associando e participando das campanhas é um incentivo para que os parceiros do programa ampliem o relacionamento cada vez mais com os participantes", afirmou o gerente do PAR, Duda Scartezini.

O CinePAR sorteia a cada mês mais de mil ingressos para filmes em cartazes. No primeiro semestre de 2006, foram distribuídos 5.400 ingressos em todo o país e participaram 24.236 empregados. No mês de julho está em cartaz o filme "Sentinela" e as inscrições vão até o dia 26.



Super País

Com o slogan "PARa eles um mês especial", a nova campanha do PAR começa no dia 1º de agosto e vai sortear um pai com quatro tipos de prêmios, de acordo com o perfil escolhido. O executivo ganha um notebook; o esportista, uma bicicleta, um monitor cardíaco e um MP3; o família, uma TV de 29 polegadas - tela plana e um home theater; e o pai moderno leva um ipod nano e um celular. Para participar basta acessar o site do PAR até o dia 25 de agosto e responder um quiz com cinco perguntas. Cada resposta correta equivale a um cupom. O sorteio acontece no dia 28 de agosto.

Marcas

Com o advento das novas marcas da Fenae e das Apcefs, foi criada uma campanha na qual o participante assistia a um vídeo explicativo e depois respondia algumas perguntas e concorria a um sorteio de 100 mil pontos no programa. Da ação participaram 6.717 empregados cadastrados. Os primeiros mil ganharam chaves.

Ainda é preciso lembrar que este ano o programa PAR modernizou sua logomarca, para aprofundar sua identidade com a Caixa. ◀

De ponto em ponto,

No terreiro de candomblé da Beth de Oxum, criado há 10 anos na periferia de Olinda (PE), cerca de 70 jovens de 16 a 24 anos aprendem e ajudam a propagar uma arte nascida no século passado, originada pelo povo negro e afro-descendente das senzalas dos Quilombos dos Palmares. A Sambada de Coco é apresentada há 10 anos no bairro do Guadalupe, no primeiro sábado de cada mês, e mobiliza um público de aproximadamente 1.500 pessoas.

A partir de 2005, esse terreiro se transformou num Ponto de Cultura, o que significa dizer, em outras palavras, que está capacitado, por meio da cultura e da inclusão digital, a compartilhar as produções simbólicas e o conhecimento tecnológico gerados pela ação autônoma, trabalhando dentro do conceito do compartilhamento intelectual e contribuindo para o desenvolvimento comunitário e local das populações mais carentes.

“Fez uma baita diferença”, afirma a coordenadora do Centro Cultural Coco de Umbigada, Beth de Oxum, referindo-se à transformação do terreiro em Ponto de Cultura. “Antes não tínhamos estrutura, não tínhamos internet. Agora, estamos em rede. Estamos falando sobre nossas idéias e aprendendo sobre outras idéias. Com a inclusão digital, a gente passa a saber, passa a se integrar. E essa é uma mudança de paradigma muito importante”, explica.

Hoje o Ponto fornece quatro oficinas: teatro de bonecos, Dança de Umbigada, vídeo e cinema e ensinamentos da Mãe Preta de ervas e curas. O terreiro possui ainda um cineclube e está preparando quatro curtas-metragens sobre bonecos,

Fotos: Centro Cultural Coco de Umbigada



Olinda - Ponto de Cultura Coco de Umbigada realiza sambada no 1º sábado de cada mês

sambada e terreiros do entorno. Cada jovem que participa das oficinas, recebe R\$ 150 ao mês para auxiliá-lo no acompanhamento das atividades.

O centro de Coco de Umbigada recebe R\$ 150 mil do Fundo Nacional de Cultura, do governo federal, bem como os aproximadamente 400 pontos existentes, para implantar no desenvolvimento de atividades num prazo de dois anos e meio. O Ministério da Cultura pretende firmar mais 200 convênios em todo o país, até o final de 2006. O projeto Cultura Viva conta ainda com a parceria do Ministério das Comunicações (Minicom) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Teia

“No princípio era o ponto. Um dia o ponto, inspirado pelas obras da inspiração solidária, juntou-se a mais um ponto. E a outro. Mais outro. E de ponto em ponto, nasceu a linha. Da linha surgiu um desenho para traduzir a idéia. Da idéia brotou a força motriz que gerou palavras, sons, formas, imagens e gestos. E mais pontos cresceram para formar novas linhas e desenhos”, explicou o ministro da Cultura, Gilberto Gil, na abertura da “Teia - A Rede de Cultura do Brasil”, evento que reuniu representantes dos Pontos de Cultura, na Bienal de São Paulo, de 6 a 9 de abril.

Os Pontos de Cultura são formados por centros culturais, organizações não-governamentais e grupos envolvidos em atividades de criação intelectual e artística que já existiam e, pela sua expressão e significado, estão recebendo investimentos para continuarem suas atividades.

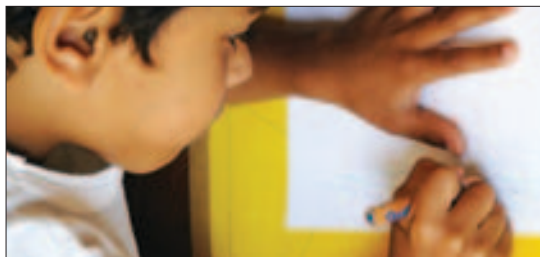
Potencializados com o advento da tecnologia digital, está sendo possível interligar cada um desses pontos, formando uma verdadeira teia, como explicou Gil. Hoje, é possível saber o que acontece nos pontos de cultura por meio dos sites “Conversê” e “Estúdio Livre”. São nesses espaços digitais que os pontos se relacionam, trocam experiências e retransmitem sua produção cultural para o resto do mundo.

Links

- Centro Cultural Coco de Umbigada
centroculturalcocodeumbigada@yhaoo.com.br
- Projeto Cultura Viva
<http://www.cultura.gov.br/culturaviva>
- Conversê
www.utopia.converse.org.br
- Estúdio Livre
www.estudiolivre.org

uma rede

Além desses sites, o Minc pretende inaugurar um portal para relacionamento. “Por meio de um portal previsto para ser lançado em novembro deste ano, todos os pontos poderão acessá-lo e a possibilidade de interlocução será ainda maior”, afirmou o gerente de Articulação Institucional da Secretaria de Programas e Projetos Culturais do Minc, Aldo Rocha. ◀



Empregados soltam a criatividade

A Fenae realizou no primeiro semestre de 2006 seis concursos, incentivando até o momento 311 empregados a expressarem sua criatividade nas mais diversas modalidades artísticas. Foram entregues mais de 477 mil pontos no programa PAR convertidos em centenas de brindes aos participantes. Agora no mês de julho, o Circuito Cultural lançou o concurso de Vídeo, com inscrições até 31 de agosto, e já tem fechada a programação para o segundo semestre.

As inscrições para o concurso ArteFenae Desenho Infantil também permanecem abertas (até 7 de agosto). Todos os concursos são voltados para empregados associados à Apcef, com exceção do Quadrinhos e Desenho Infantil, voltados aos seus dependentes. Neste ano a Fenae divulgou o resultado de



dois concursos e entregou os troféus e os pontos aos ganhadores. Os demais resultados serão conhecidos em breve.

O Circuito Cultural da Fenae é um espaço de reconhecimento das habilidades artísticas que os empregados desempenham fora do ambiente de trabalho. O PAR é parceiro e contribui oferecendo os pontos para serem trocados por produtos nas empresas conveniadas e relacionadas no portal. Com os pontos recebidos pode-se adquirir eletrônicos, eletrodomésticos, viagens, etc.

Para manter um canal de comunicação eficiente com os participantes e interessados nos concursos e dirimir dúvidas, foi criado o e-mail circuitocultural@fenae.org.br. Para obter informações, os interessados também podem acessar a página <http://www.fenae.org.br/fenaeultura.php>. ▶

Concursos em 2006

Janeiro	ArteFenae Quadrinhos
Fevereiro	ArteFenae Animação
Março	LetraFenae Poesia
Abril	ArteFenae Aquarela
Maió	ArteFenae Cartum
Junho	ArteFenae Desenho Infantil
Julho	ArteFenae Vídeo
Agosto	LetraFenae Crônicas
Setembro	FotoFenae
Outubro	ArteFenae Caricatura
Novembro	ArteFenae Óleo e Acrílico
Dezembro	LetraFenae Contos

Circuito Cultural Fenae

Bases da política oficial para reduzir o déficit de moradias

População de baixa renda e classe média são as prioridades da diretriz de habitação do governo de Lula

● Antônio José Reis

Depois de muitos anos, seja por investimentos de R\$ 34,6 bilhões de janeiro de 2003 a março de 2006, seja pela prioridade em projetos de moradia de interesse social, com regularização fundiária e urbanização das favelas e dos assentamentos informais, o país tem dado passos decisivos rumo a uma trajetória de redução do seu déficit habitacional, hoje estimado em 7,7 milhões de moradias, dos quais 5,5 milhões estão nos centros urbanos.

No Brasil, o problema de décadas e décadas passadas de crise habitacional é explicado por um único fator: a falta de políticas públicas adequadas. Para inverter essa realidade de caos urbano, o governo federal investirá R\$ 19,3 bilhões até o final deste ano. Os recursos serão destinados prioritariamente para a concessão de subsídios à população de baixa renda e à classe média. As fontes de financiamento para reduzir o déficit têm diversas origens: Orça-

mento Geral da União, FGTS, caderneta de poupança, Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FDS), Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Programa de Arrendamento Residencial (PAR) e recursos próprios da Caixa.

As ações governamentais estão voltadas para atender demandas de duas áreas interligadas pelo fio da carência: moradia popular, faixa onde o déficit é maior e atinge 92% da camada da população de mais baixa renda, e moradia de mercado, cujo público-alvo é a classe média e visa diminuir a pressão sobre os recursos do FGTS. Neste último caso, segundo a secretária nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Inês Magalhães, a meta é oferecer condições para que o mercado amplie a produção de imóveis no país e abranja, assim, a classe média baixa. Ela considera que, mais importante do que aumentar os recursos aplicados, é pavimentar o caminho para que esse dinheiro tenha aderência ao processo de redução do déficit.

92% do déficit se concentra entre os mais pobres

Na avaliação de Eleonora Lisboa Mascia, presidente da Associação Nacional dos Engenheiros e Arquitetos da Caixa Econômica Federal (Aneac), o governo Lula acertou em cheio na política de combinar a moradia de interesse social com a de mercado, “pois nunca houve tanto recurso disponível para o investimen-

to em habitação e, em decorrência disso, a indústria da construção civil voltou a crescer”. A medida, segundo ela, tem sido fundamental para a geração de empregos formais em toda a cadeia produtiva.

Foco na construção civil

O vice-presidente de Desenvolvimento Urbano da Caixa, Jorge Hereda, também faz o raciocínio de que os investimentos em habitação têm vários efeitos positivos que afetam diretamente a economia. Ele atribui que, de maneira geral, o impacto na economia pode ser observado pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que no primeiro trimestre deste ano aumentou 1,4% em comparação com os últimos três meses do ano passado. Para Hereda, a construção civil colaborou para o “boom” econômico registrado em 2006, a ponto de “os investimentos em habitação, saneamento e crédito imobiliário dos últimos três anos permitirem que o volume acumulado de empregos formais no setor se tornasse positivo a partir de 2004”.

O executivo da Caixa acha que, a continuar esta tendência, chegará a 170 mil o montante de empregos formais na construção civil este ano. Pesquisa recente do Ministério do Trabalho e do Emprego aponta que, até abril deste ano, a indústria da construção civil cresceu 4,5% em relação a 2005. A secretária Inês Magalhães credita essa boa fase ao aumento do volume de financiamento habitacional no país.

Ao iniciar o seu governo, o presidente Lula impôs algumas prioridades, entre as quais destaca-se uma política sustentável de habitação para o país, cujo alicerce está sedimentado em duas linhas de ação: o combate ao déficit habitacional e a recuperação do setor da construção civil. Para isso a criação do Ministério das Cidades foi imprescindível. Medidas complementares foram adotadas para elevar a oferta de crédito imobiliário, para incentivar a moradia popular e para reduzir preços. Atenção foi dada para que a segurança jurídica das operações realizadas no mercado imobiliário fosse ampliada, a exemplo da lei 10.931 aprovada





Investimentos em habitação causam impacto positivo na economia, a exemplo do aumento na geração de empregos formais em todo o país

em 2004 e que regulamentou instrumentos como o patrimônio de afetação, a regra do valor incontroverso no caso de questionamentos jurídicos e a letra e cédula do crédito imobiliário. Todas essas medidas visam, sobretudo, preservar os interesses de cidadãos e diminuir os riscos jurídicos ou o ônus tributário em investimentos imobiliários.

A ampliação do incentivo fiscal para a construção civil também faz parte desse pacote. Novo decreto reduzindo o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para itens da chamada cesta básica da construção civil foi publicado em meados de junho, com o objetivo de dar continuidade à desoneração anunciada em fevereiro para o setor. Foram zeradas alíquotas de 5%, enquanto as de 10% e 12% sofreram redução de 5%, tornando mais baratos materiais como cimento, esquadrias metálicas e de madeira, tubos e conexões, torneiras, cerâmica esmaltada, louças sanitárias e azulejos.

Braço social do governo

Historicamente, a Caixa atua como agente do governo federal na habitação. Neste segmento, o vice-presidente de Desenvolvimento Urbano esclarece que a atuação da empresa tem duplo enfoque: “de um lado, implementar ações que viabilizem o acesso à moradia para as famílias de baixa renda e, de outro, fomentar a indústria da construção civil para estimular a geração de emprego e renda”. Jorge Hereda lembra que, enquanto o mercado trabalha essencialmente com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança-Empréstimo, com valores médios de contratação próximos a R\$ 79 mil, a Caixa atua com valor de empréstimo médio pouco superior a R\$ 32 mil e, no caso do FGTS, próximo a R\$ 15 mil. Assim ocorre, segundo ele, pelas margens estreitas geradas pelos programas com recursos do FGTS e pela diversidade de programas sociais.



Até o início de junho, a Caixa bateu recorde histórico de financiamentos habitacionais. Foram aplicados R\$ 5,4 bilhões. O montante emprestado já beneficiou mais de 227,3 mil famílias e o valor é 107% superior aos R\$ 2,6 bilhões financiados no mesmo período do ano passado, quando foram atendidas 122,6 mil famílias. Até o final de 2006, a meta da empresa é aplicar R\$ 10,3 bilhões e beneficiar, assim, mais de 500 mil famílias. Para Hereda, o bom desempenho da Caixa com contratações habitacionais decorre de fatores como revisão de produtos, redução das taxas de juros, aprimoramento dos modelos de análise de risco de pessoas física e jurídica, criação de estrutura dedicada à habitação, capacitação de pessoal, ações de marketing e endomarketing e realização dos feirões da casa própria.

A importância do olhar social da Caixa é ressaltada por Benedito Barbosa - mais conhecido como Dito -, membro da coordenação nacional da Central de Movimentos Populares (CMP). Ele afirma que a empresa atua com transparência e faz com que os recursos públicos cheguem a todos os municípios.

Moradia na zona rural

Moradia digna é uma questão de direito humano fundamental não só nos centros urbanos, mas também em regiões da zona rural. Consciente disso, o governo federal mudou regras e passou a adotar, desde 2003, novos programas habitacionais

para atender a demanda do campo. Cerca de R\$ 200,3 milhões já foram investidos na construção ou reforma da casa própria de 26.492 pequenos agricultores em todo o país. Até o final do ano, os Ministérios das Cidades e do Desenvolvimento Agrário concluem parceria, cuja finalidade é repassar aproximadamente R\$ 300 milhões para subsidiar a casa própria de 30 mil trabalhadores rurais assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Os convênios estão sob análise da área técnica da Caixa.

Reforma urbana e direito à cidade

Na outra ponta da pirâmide, a sociedade civil organizada exige cidades mais democráticas e sustentáveis, com moradias dignas, saneamento ambiental, transporte de qualidade e segurança para

toda a população, a preços acessíveis. No último dia 28 de junho, o Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU) organizou uma jornada de luta pela reforma urbana e pelo direito à cidade para cobrar das três esferas de governo - federal, estadual e municipal - a ampliação de recursos na área da habitação popular. Outra reivindicação é de que o desenvolvimento urbano seja uma das prioridades da agenda política.

Para Dito, da CMP, a participação popular e o controle social das políticas públicas urbanas são fundamentais para o aprofundamento da reforma urbana no país. Ele aponta uma questão de fundo para reduzir o déficit habitacional: a política nacional de habitação, que se encontra ainda em processo de construção. Dito sugere que o governo aloque recursos permanentes para o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), cuja lei federal 11.124 de iniciativa popular foi regulamentada recentemente pelo presidente Lula. Lembra ainda que o Conselho Nacional das Cidades (ConCidades) aprovou resolução para que R\$ 3 bilhões sejam destinados para o FNHIS em 2007. "Queremos que esse dinheiro esteja no Orçamento da União que será votado no final deste ano, já que mais de 7 milhões de famílias não têm hoje moradia no Brasil", admite Dito.

A pressão para que os recursos do FNHIS sejam triplicados culminará com a Marcha Nacional da Reforma Urbana e pelo Direito à Cidade, a ser realizada provavelmente em outubro em Brasília.



Até junho de 2006, a Caixa aplicou R\$ 5,4 bilhões em habitação, beneficiando mais de 227,3 milhões de famílias no Brasil inteiro

Histórico habitacional - investimentos realizados - total país										
Ano	Quantidade (unidade habitacional)									
	Mercado			Caixa						
	SBPE	FGTS	TOTAL	FGTS	CAIXA	FDS	FAT	FAR	PSH	TOTAL
1996	38.286	0	38.286	74.322	74	0	0	0	0	74.396
1997	35.487	0	35.487	192.577	28.535	0	0	0	0	221.112
1998	38.887	0	38.887	275.210	56.364	0	0	0	0	331.574
1999	35.459	0	35.459	180.906	57.091	0	0	6.958	0	244.955
2000	36.333	0	36.333	284.500	65.234	0	0	31.005	0	380.739
2001	35.756	0	35.756	239.331	28.124	0	0	20.315	0	287.770
2002	28.902	0	28.902	197.187	31.009	0	9.124	30.261	17.014	284.595
2003	36.446	0	36.446	186.064	35.931	0	3.204	43.827	27.294	296.320
2004	53.786	174	53.960	195.341	41.370	0	4.629	33.362	42.855	317.557
2005	59.807	1.226	61.073	312.174	58.154	1.551	5.173	33.991	6.274	416.356
Total	399.149	1.440	400.589	2.137.612	401.886	1.551	22.130	199.719	93.437	2.856.626

Fonte: Caixa Econômica Federal

Posição: 31/01/2006

Foi numa das edições dessa marcha, em agosto do ano passado, que integrantes de movimentos sociais urbanos foram recebidos pelo Presidente da República e conseguiram assegurar R\$ 1 bilhão para o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Como parte dessa luta, as entidades que integram o FNRU - entre as quais a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae) - reivindicam maior agilidade no processo de regulamentação do ConCidades, com garantia de seu caráter deliberativo, assim como na instalação imediata do Conselho Gestor do FNHIS, formado por 24 conselheiros (administração pública federal e sociedade civil) e a quem caberá estabelecer os critérios para a aplicação

dos recursos, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho Nacional das Cidades. A Fenae e a Aneac são as entidades representativas dos empregados da Caixa com assento no ConCidades.

Campanha "Olho no Seu Voto"

Para colocar o item da reforma urbana na agenda eleitoral deste ano, o FNRU lançou a campanha "Olho no Seu Voto". A

iniciativa visa comprometer os candidatos às eleições de outubro com propostas que alterem a realidade desigual das cidades, aderindo a uma plataforma mínima para os próximos quatro anos. Outro objetivo é ampliar a bancada da reforma urbana no Congresso Nacional.

A campanha "Olho no Seu Voto" conclama os eleitores a votarem em candidatos que defendam e proponham os seguintes compromissos: 1) R\$ 3 bilhões para o FNHIS e recursos para associações e cooperativas habitacionais; 2) nenhuma ação de despejo contra a população; 3) regularização fundiária das favelas e assentamentos informais, com utilização das terras da União e dos estados para projetos de moradia popular; 4) água e esgoto para toda a população; 5) transporte público de qualidade, com redução de tarifas; 6) universalização dos direitos humanos como base da política de segurança pública; 7) participação popular e controle social nas políticas públicas urbanas; 8) acesso à energia elétrica para toda a população, com tarifas sociais para o segmento de baixa renda; 9) defesa e garantia da aplicação dos recursos públicos nas políticas sociais, com mudança na política de superávit fiscal e com redução das taxas de juros; e 10) combate a todas as formas de discriminação e preconceito. ◀





Na primeira fila, à esquerda, Arthur Ferreira Filho, primeiro presidente da Fenae, já falecido, em debate de solução para o PMPP

Veteranos de atitude

A perseverança, a união e a competência com que os aposentados da Caixa desenvolvem suas ações resultaram em conquistas importantes no último período, com destaque para a questão do PMPP, para o retorno do auxílio-alimentação e para a implantação do Novo Plano da Funcef.

Depois de quase 20 anos de batalha, foi assegurado o restabelecimento, pela Caixa, do pagamento da complementação denominada Plano de Melhorias e Proventos e Pensões (PMPP) aos aposentados pelo Serviço de Assistência e Seguro Social (ex-Sasse). A solução para a instável e precária situação enfrentada desde 1977 foi fruto de iniciativas tomadas lá atrás pelas lideranças dos aposentados, entre as quais Arthur Ferreira, Orlando Martins, Ozair Catalde, Milton Maritns, Wilson Rodrigues e João de Deus.

Nos últimos anos, a atuação junto à Funcef, à Caixa e aos órgãos governamentais foi liderada por Décio Carvalho, presidente da Federação Nacional das Associações dos Aposentados e Pensionistas (Fenacef) e Olívio Gomes, diretor da Fenae e presidente da Associações

dos Aposentados do Rio de Janeiro (Apacéf/RJ). A Fenae participou de forma ativa do desenrolar dos fatos relativos ao PMPP, sempre em colaboração com as representações dos aposentados.

O assunto foi levado, inclusive, ao Palácio do Planalto, onde contou com determinação do presidente Lula para que fosse solucionado de vez. Os beneficiados pela medida terão seus proventos reajustados pelo mesmo índice concedido pelo INSS desde 1997. Os pagamentos passarão a ser feitos pela Funcef.

Os aposentados ex-Sasse estão sendo cadastrados pelas associações estaduais dos aposentados e pela Fenacef. Depois de se cadastrarem, passarão a integrar o Novo Plano da Funcef, mediante assinatura de termo de adesão. O presidente da Fenacef, Décio Carvalho, convoca o pessoal vinculado ao PMPP para o cadastramento nas associações ou na federação, o mais rápido possível. “Temos que sacramentar logo essa nossa vitória”, diz ele.

Auxílio-alimentação

A garantia de retorno do pagamento do auxílio-alimentação a quem se aposentou até 8 de fevereiro de 1995 é uma conquista também digna de comemoração, embora incompleta. A reivindicação do movimento dos empregados (aposentados e ativos) é o restabelecimento do auxílio a todos, independentemente da data de aposentadoria.

Para quem tinha ação na Justiça e optou por acordo com a empresa, em muitos

casos (dependendo da instância de tramitação do processo) foi assegurado o pagamento de valores atrasados, em duas parcelas: a primeira cinco dias após a homologação do acordo em juízo e a outra 60 dias depois. Aos que não ajuizaram ação, a empresa acatou o restabelecimento do tíquete, mas sem pagamento de atrasados.

As representações dos aposentados e a Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa) mantêm agora a exigência de extensão do acordo para os que se aposentaram após fevereiro de 1995.

O presidente da Apacéf/RJ e diretor da Fenae, Olívio Gomes, destaca a importância de o segmento dos aposentados permanecer mobilizado e atuante. “Além do tíquete para todos, temos ainda as reivindicações relativas ao Saúde/Caixa e à luta pela recuperação das perdas de nossas aposentadorias, entre outras. Acho que o Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecéf), no final de julho, é um ótimo momento para marcarmos presença e fortalecermos nossa união com o pessoal da ativa, em busca do atendimento aos nossos pleitos, tanto na Caixa como na Funcef”.



Olívio Gomes, presidente da Associação dos Aposentados do RJ e diretor da Fenae



Décio Carvalho, presidente da Federação Nacional dos Aposentados

Estatais: hora e vez dos trabalhadores em conselhos

Projeto ainda está em discussão no Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais

O governo prometeu recentemente viabilizar a participação dos trabalhadores nos conselhos de administração das empresas públicas federais. A iniciativa foi divulgada pelo ministro do Trabalho e do Emprego, Luiz Marinho, em solenidade realizada no dia 8 de maio, no Palácio do Planalto, para anúncio das medidas do chamado pacote trabalhista.

Segundo o ministro, a medida seria encaminhada até a semana seguinte à daquela data. A intenção era adotá-la por meio de decreto presidencial ou medida provisória.

Mas a concretização da promessa teve revés ao ser submetida à apreciação da Advocacia Geral da União (AGU), que considerou inadequado alterar a composição dos conselhos de administração por decreto ou por MP. Conforme informação do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (Dest), a interpretação da AGU é de que será ne-

cessário a elaboração de projeto de lei a ser debatido e aprovado pelo Congresso Nacional, uma vez que se trata de regulamentação do artigo 173 da Constituição Federal. O parágrafo primeiro do referido artigo diz que “a lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública”, dispondo sobre, entre outras questões, “a constituição e o funcionamento dos conselhos de administração e fiscal”.

Conforme apurou a reportagem de **FENAE AGORA**, o Dest ainda não tem pronta a proposta de projeto de lei. Para o diretor de Administração e Finanças da Fenae, Jair Pedro Ferreira, o atraso é preocupante, porque “pode emperrar por muito mais tempo a idéia”. A seu ver, é necessário que os trabalhadores de estatais se mobilizem já pela formulação e encaminhamento do projeto ao Congresso.

Medidas anunciadas

Entre as medidas adotadas pelo chamado pacote trabalhista lançado em maio estão o reconhecimento das centrais sindicais, a criação do Conselho Nacional de Relações do Trabalho (CNRT), a ratificação da convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a inclusão de obrigações trabalhistas nos contratos de trabalhadores terceirizados e o reconhecimento das cooperativas de trabalho, com incentivo ao seu funcionamento.



Jair Pedro Ferreira, diretor da Fenae

O reconhecimento das centrais sindicais, como parte da estrutura sindical brasileira, é uma antiga reivindicação do movimento dos trabalhadores. Elas passam a ter garantia jurídica como representantes legais dos trabalhadores em negociações trabalhistas.

O Conselho Nacional das Relações do Trabalho terá a participação institucional das centrais sindicais. Será composto por cinco representantes de cada segmento (governo, trabalhadores e patrões).

Com a ratificação da Convenção 87 da OIT, passa a ser permitida a existência de vários sindicatos da mesma categoria em uma mesma cidade ou estado. A medida exigiu do governo o encaminhamento ao Congresso de proposta de mudança constitucional.

Os contratos de trabalhadores terceirizados sofreram ajustes e passaram a assegurar, praticamente, os mesmos direitos dos contratados. Entre os itens está a assistência médica, que deverá ser a mesma.

O reconhecimento das cooperativas de trabalho teve como objetivo coibir a ação de cooperativas que se utilizam da nomenclatura para burlar a legislação trabalhista. O projeto de lei estabelece critérios para o funcionamento, participação de associados e redução de exigências. O texto institui ainda programa de fomento para as cooperativas, o Pronacoop. ◀



Cerimônia de divulgação das medidas trabalhistas do governo, no Palácio do Planalto

A força da campanha salarial no ramo financeiro da CUT

Contraf/CUT defende os interesses da categoria bancária e de outros setores do ramo financeiro

Bancários de todo o país se preparam para a campanha salarial deste ano, desta vez sob o guarda-chuva da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT). Um dos desafios é consolidar o ramo financeiro da Central Única dos Trabalhadores (CUT), buscando incluir no debate todos os trabalhadores que participam do processo de intermediação financeira, de modo a equiparar seus direitos e ampliar suas conquistas. Algumas das metas são ousadas, como a contratação de todos os trabalhadores do ramo financeiro em um único contrato de trabalho.

O calendário da campanha salarial nacional dos bancários em 2006 tem como ponto alto a 8ª Conferência Na-

cional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, que até o fechamento desta edição estava agendada para o período de 27 a 30 de julho, em São Paulo, reunindo 811 trabalhadores e trabalhadoras do ramo financeiro de todo o Brasil, sendo permeada pelo manto da inovação: pela primeira vez os encontros temáticos (ramo e saúde) e os encontros por bancos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e instituições privadas, estaduais, federalizadas e regionais) ocorrem no decorrer da conferência nacional da Contraf/CUT.

Conecef e reivindicações específicas

A unificação de toda a categoria bancária é, mais uma vez, destaque do 22º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal (Conecef) - dia 28 de julho, em São Paulo. O Conecef define a pauta de reivindicações específicas que a Contraf/CUT, assessorada pela Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa), negociará com a direção da empresa. Há algumas pendências do acordo coletivo do ano passado que carecem de soluções urgentes, como no caso dos seguintes itens: reintegração de todos os

empregados demitidos pela RH 008, renegociação de dívidas, respeito à jornada de seis horas para todos os empregados e Sistema de Ponto Eletrônico (Sipon), caixas de pontos-de-venda, Funcef (agilidade no processo de tramitação da proposta de novo estatuto), Saúde/Caixa, PCS/PCC, reestruturação de cargos (avaliadores de penhor e outros segmentos) e fim da terceirização no auto-atendimento.

RH 008 e incorporação de função

As duas últimas rodadas de negociações permanentes entre a CEE/Caixa e os representantes da empresa registraram importantes vitórias na busca pela reintegração dos empregados demitidos pela RH 008 e no retorno da incorporação a partir de 10 anos de exercício da função ou cargo. No que se refere à RH 008, a Caixa acatou reivindicação da representação dos empregados e estendeu aos demitidos que já entraram com ação judicial e não obtiveram liminar a possibilidade de retorno às suas atividades de trabalho. Até então, a reintegração só era permitida aos que haviam alcançado decisão liminar em suas ações.



As reivindicações específicas dos empregados da Caixa para a campanha salarial de 2006 serão definidas no 22º Conecef, a exemplo do que ocorreu

As condições para essa reintegração serão definidas em breve pelo voto do Conselho Diretor da empresa, a quem caberá viabilizar a assinatura do termo de interesse na reintegração, implicando assim no fim da ação judicial. O prazo-limite para o encaminhamento desse termo é 31 de agosto, com a extensão do período de adesão para 90 dias, a contar da data de divulgação do voto do Conselho Diretor.

Outra reivindicação histórica atendida pela Caixa, como resultado da luta da representação dos empregados, foi o retorno da incorporação do valor da comissão do empregado com no mínimo 10 anos de exercício da função, no caso deste ter sido destituído pela empresa por meio da RH 151. O normativo prevê que seja considerada a média ponderada das comissões recebidas nos últimos cinco anos, desde que o empregado não registre durante este período nenhuma interrupção superior a 180 dias. Serão admitidas várias interrupções inferiores a esse limite, desde que em cinco anos a soma não ultrapasse seis meses. O valor correspondente ao Complemento Temporário Variável de Ajuste de Mercado (CTVA) não fica incluído nessa incorporação.

Ofício da Fenae encaminhado à presidenta da Caixa, Maria Fernanda Coelho, cobra que o normativo da incorporação de função seja alvo de alguns ajustes, com novas tratativas com as representações sindicais dos bancários da empresa. ◀



...orreu no congresso do ano passado, em São Paulo



Fotos: Acervo CUT

Eletricitário Artur Henrique foi eleito para presidir a CUT no período de 2006 a 2009

9º ConCUT aprova apoio à reeleição de Lula

O sindicalismo da Central Única dos Trabalhadores (CUT) une as lutas específicas com as mobilizações mais gerais em defesa do Brasil que a classe trabalhadora quer. Com base nessa premissa, os cerca de 2.500 delegados e delegadas do 9º Congresso Nacional da CUT (ConCUT), realizado de 6 a 9 de junho, em São Paulo, aprovaram apoio à reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República, cuja candidatura é considerada como a que mais se identifica com a construção de um país mais justo, soberano e desenvolvido. A justificativa é a de que “ninguém mais quer a volta da política de desemprego em massa, do arrocho salarial, da precarização de direitos e da criminalização dos movimentos sociais”.

O 9º ConCUT foi o maior da história da CUT, fundada em 28 de agosto de 1983. Um dos destaques da maratona de debates esteve relacionado à necessidade de construção de um projeto de desenvolvimento nacional. A avaliação é de que a busca do desenvolvimento econômico sustentável pressupõe a melhoria da distribuição de renda no país. O mote para que esse pa-

tamar seja alcançado abrange diversas facetas: emprego, salário, desenvolvimento, inclusão social, democratização do Estado, políticas públicas e universalização de direitos. Foi definido ainda que a estrutura e a organização da CUT passa pelo fortalecimento dos sindicatos e pela democratização das relações da trabalho.

A nova diretoria executiva da CUT terá pela frente o desafio de apresentar para o governo e para a sociedade as reivindicações do conjunto dos trabalhadores. O eletricitário Artur Henrique da Silva Santos foi escolhido para presidir a entidade no período de 2006 a 2009. Três bancários também foram eleitos para integrá-la: Vagner Freitas (presidente da Contraf/CUT e funcionário do Bradesco), Jacy Afonso de Melo (presidente do Seeb/DF e funcionário do BB) e Espedito Suliney Pereira (funcionário do Unibanco). Na diretoria executiva da central, os bancários vão levar a experiência de ser uma das categorias mais organizadas do país, de ter conquistado uma Convenção Coletiva Nacional e de ter avançado na organização por ramo de atividade.

“Investment grade”, risco-país e política monetária brasileira

Com a recente queda do indicador de risco-país e da possibilidade do país atingir o chamado “investment grade” (ou o “grau de investimento”, que tornaria o país “seguro” para crédito e investimentos), existe a expectativa de aumento da entrada de recursos externos no Brasil, esses em melhores condições nos prazos (maiores) e juros (mais baixos) exigidos pelos credores¹. Os recursos, “mais baratos”, poderiam aumentar os investimentos produtivos e/ou diminuir as despesas financeiras, por exemplo, gerando efeitos positivos na economia como um todo.

O risco-país² quantifica o risco de aplicar em títulos emitidos por países emergentes (para financiamento do Estado), enquanto o “rating”³ avalia a possibilidade de “calote” por parte de países ou de empresas (em relação a empréstimos e investimentos). Critérios como estabilidade econômica, balança comercial, relação dívida/PIB, dívida externa e crescimento econômico são analisados, para possibilitar “convergências” de expectativas sobre a relação risco/retorno⁴. São como “fotografias” (descrevem o comportamento num determinado período), no que diz respeito ao equilíbrio dos indicadores citados.

No caso brasileiro, a queda do risco-país e a possibilidade do país atingir o “investment grade” foram decorrências diretas da melhora da balança comercial, da relativa estabilidade do câmbio (após uma forte valorização), do fato de o país ter tido um índice de inflação considerado baixo e da diminuição do grau de exposição cambial e do relativo alongamento do perfil da dívida pública⁵. Mas essa avaliação deve ser observada como uma “fotografia” do momento atual e frente a isso, é relevante fazermos algumas considerações.

Os resultados externos têm sido obtidos graças ao aproveitamento de um ciclo favorável de comércio mundial (fato

intrinsecamente ligado à grande liquidez de dólares no mundo e ao grande crescimento chinês e indiano), em especial da elevação do preço das commodities (35% das exportações brasileiras). Esse ciclo pode ser revertido, ou com um arrefecimento do crescimento chinês e indiano e/ou com um aumento mais incisivo dos juros americanos (a preocupação com a inflação americana persiste), o que diminuiria a liquidez em dólares no mundo.

Além disso, a estabilidade econômica (através das “metas de inflação”) tem sido obtida através da política de juros reais altos (juros menos inflação), que impede um crescimento econômico contínuo e uma diminuição mais robusta da relação dívida pública e o PIB (de 51% em maio de 2006), já que as despesas com juros da dívida são consideráveis e o principal fator de realimentação da mesma.

Portanto, para a obtenção do “investment grade” e queda consistente do risco-país (que possibilitaria recursos com juros menores e prazos maiores), seria necessário, de certa forma, rompermos com a lógica que tem guiado a política monetária do país: diminuição consistente da taxa de juros, que por sua vez teria um efeito benéfico sobre a relação dívida/PIB e geraria condições mais adequadas para um crescimento econômico sólido, mesmo porque a diminuição dos juros e crescimento são colocados como condições essenciais para a melhora do “rating”⁶ brasileiro. Os grandes dilemas, porém, serão como compatibilizar a gestão do sistema de metas de inflação com a diminuição da taxa de juros⁷ e se o cenário externo vai ainda estar favorável como agora quando conseguirmos equacionar diminuição dos juros e gestão das metas de inflação, pois caso isso não ocorra, o país continuará obtendo recursos em condições desfavoráveis (com prazos curtos e juros altos).

1 O fato de o Brasil captar recursos externos em condições consideradas ruins (com juros altos e flutuantes e em prazos curtos) contribuiu para o aumento da chamada “vulnerabilidade externa”.

2 Medido em pontos-base. Cada 100 pontos equivale a 1% de juros a mais que os juros dos títulos americanos que o mercado exige para investir em países emergentes (entre eles o Brasil), a título de “prêmio de risco”. Por exemplo: se o risco-país é de 500 pontos, deve ser oferecido como remuneração para seu título uma taxa que é a soma da taxa americana mais 5%. Feito pelo banco J.P. Morgan.

3 Mede a capacidade de um país de honrar suas obrigações financeiras, com a atribuição de notas que variam de CCC (maior risco) a AAA (risco zero). O Brasil é BB -, faltando três “degraus” para alcançar o “investment grade”. Feito pela Standard & Poor. Mas também existem “ratings” igualmente relevantes feitos pela Moody’s e Fitch Ratings.

4 Pode acontecer de o risco-país estar baixo e o “investment grade”, não.

5 Do montante atual de títulos federais (dívida mobiliária federal) no mercado, 27,25% vencem neste ano, 30,38% até o final de 2007 e 42,37% para depois de 2008. No início de 2005, 64,22% dos títulos venciam até dezembro de 2006; o vencimento médio da dívida é de 29,5 meses (abril de 2006).

6 A Fitch Ratings, por exemplo, afirmou que a melhora do “rating” do Brasil está condicionada a uma melhora no crescimento econômico e diminuição dos juros do país. Ver “Agência melhora classificação de risco da dívida brasileira” (<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u108939.shtml>), 28 de junho de 2006.

7 No Brasil, o sistema de metas de inflação tem tido como instrumento principal a manipulação dos juros conforme a tendência inflacionária: se ela está presente ocorre uma elevação, caso contrário, existem condições para a diminuição. ◀



A revista Realidade, o Bigode e os ciclistas

Quem se interessa por bom jornalismo, não perde por esperar. Trabalho atualmente nos originais da história de Realidade, revista “cult” da Editora Abril, que nunca mais fez nada igual. Tive a honra de ali trabalhar. O livro citado deve estar pronto no ano que vem e seu autor não poderia ser mais adequado: o redator-chefe, Paulo Patarra, que liderou a equipe fundadora e pôs nas bancas os 32 primeiros números, entre abril de 1966 e dezembro de 1968.

A revista mensal de reportagens é marco na história da imprensa brasileira e, claro, na vida do grupo que a criou. O escritor João Antônio (1937-1996) escreveu-me em carta a 5 de abril de 1982:

“Em suas páginas se respira saúde, renovação, debate, humanismo, brasilidade, bom gosto, coragem, encho-me de alegria e comoção, ainda hoje, de ter conhecido a turma toda. O país seria (ainda) pior sem esse trabalho.”

De uns tempos para cá, todo ano me procuram três, quatro ou mais jovens atrás de depoimento sobre a revista, para seus trabalhos de conclusão de curso, seus mestrados. E ela foi lançada há 40 anos!

Mas por que me lembrei de Realidade? Ah, sim, foi porque um dos mais divertidos amigos que ali fiz, o médico, psicanalista, escritor, teatrólogo Roberto Freire, o Bigode, me veio à mente por causa de uma anedota que contou, bem a calhar para a

imprensa que se faz atualmente. Uma anedota italiana do pós-guerra.

O fascista discursa na praça da cidadezinha, cercada de sobrados centenários. Esbraveja contra os comunistas, que ele culpa pela inflação, a imoralidade, a delinquência. De uma janela lá no alto, grita alguém:

“E os ciclistas?”

Ele olha para o alto, e prossegue:

“Os comunistas estão desfibrando a nação!”

“E os ciclistas?”, o sujeito lá. Depois de meia dúzia de interrupções, o orador berra para a janela:

“Mas o que têm a ver com isso os ciclistas?”

Então pergunta o sujeito:

“E os comunistas?”

Pois é, nesses três anos e meio, certos jornalistas e certos oposicionistas vêm culpando os petistas de tudo quanto acontece de ruim: do mensalão, da expropriação da Petrobras pela Bolívia, do desastre carcerário em São Paulo e, pasmei, até da morte do emigrante brasileiro Jean Charles pela polícia de Londres! Tudo culpa dos petistas. É o caso de perguntar-lhes: e os ciclistas?



FRASE DA HORA

Toda nação tem o governo que merece.

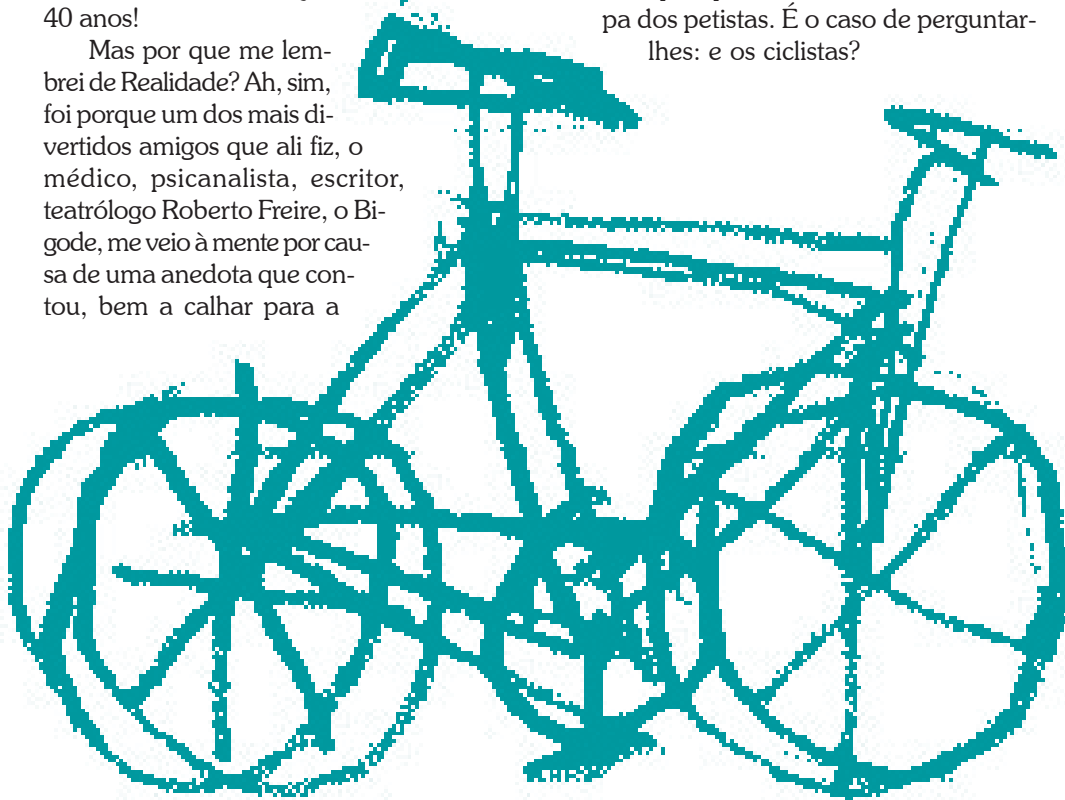
Joseph-Marie, Conde de Maistre (1753-1821), diplomata, filósofo e escritor francês

Um salto no passado longínquo. Depois de uns cinco séculos de dominação, o Império Romano rui de vez em 476: Orestes, ex-braço-direito de Átila, rei dos hunos, mata o imperador romano Julio Nepos e no lugar sagra Rômulo Augústulo, seu filho - dele, Orestes. Dos romanos herdamos a língua, derivada do latim, avanços no campo do Direito, da prática política. (E o belo futebol jogado em 2006.)

Historiadores cravam marcos, como 476. Apenas marco, a civilização não avança em linha reta. No futuro, cravarão o 11 de setembro de 2001 como marco do fim do império norte-americano. Herdaremos avanços tecnológicos, mas o melhor deles será nova etapa rumo ao socialismo.

Não é para o nosso bico. Quem sabe nossos bisnetos, tataranetos dos bisnetos. Cumpre-nos por ora criar socialistas, se é o socialismo que queremos.

(Em tempo e para total clareza: não fui, não sou, jamais serei “ista” algum, senão única e exclusivamente jornalista.) ◀



Vale do Jequitinhonha

Formado por cerca de 80 municípios, é considerado uma das regiões mais pobres do Brasil

No norte de Minas Gerais, juntado ao resto do Estado pelo rio Jequitinhonha e seus afluentes, vivem dentre os cerca de um milhão de habitantes artesões famosos como a Dona Isabel, Ulisses Pereira Chaves, Dona Noemisa, Dona Mundinha, João Alves e Dona Pedra. Responsáveis por propagar uma arte popular com raízes indígenas, buscam no barro do solo árido a sua forma e contribuem no desenvolvimento local de uma das regiões mais pobres do Brasil.



Brincar com barro é uma arte que começa logo cedo, na infância. Como as crianças da região são muito carentes, é comum modelar seus próprios brinquedos utilizando a matéria-prima disponível. Assim começou o ofício de Dona Isabel, que vive no pequeno vilarejo de Santana do Araçuaí, no município de Ponto dos Volantes. Ela é hoje uma das “paneleiras” de bonecas de barro mais conhecidas da região e seu trabalho é reconhecido no Brasil e no exterior.

No vilarejo existe a Associação dos Artesãos de Santana do Araçuaí, entida-

de criada em 1989, responsável por promover oficinas e comercializar em sua sede a produção cerâmica de seus associados. São tanto utilitárias quanto decorativas como bonecas de variados tamanhos, flores, moringas, jarras, potes, sopeiras, saladeiras, fogareiros, galinhas, jogos para feijoada, miniaturas, farinheiras, cinzeiros, vasos, figuras de presépios etc. O telefone da associação é (33) 3733-3004.

Essa organização de artesãos se dá também em outros municípios do Vale e contribuiu muito na revenda dos produtos para outros locais e trouxe, a partir da década de 70, uma melhora significativa no nível de vida dos moradores.

Além da cerâmica, o Vale destaca-se na produção de um excelente e criativo artesanato em tecelagem, cestaria, esculturas em madeira, trabalhos em couro, bordados, pintura, desenho e música. Os principais pólos da atividade cerâmica são as cidades de Itinga, Araçuaí, Santana do Araçuaí, Turmalina, Carai, Itaobim, Taiobeiras, Padre Paraíso, Joáima e Minas Novas. ◀



Ao lado esquerdo, Dona Izabel modela uma cabeça de boneca de barro com ajuda de instrumentos. À direita, “Mulher no Pilão”, de Noemisa Batista dos Santos.



Com arte, um exemplo de combatente e de lucidez

“Não pensem, porém, que minha vida foi só tristezas e dificuldades. Apesar delas, havia algo em mim que me incitava a viver, lutar, enfrentar”. Lélia Abramo em “Vida e Arte”

No dia 8 de fevereiro de 1911 nascia em São Paulo, filha de imigrantes italianos, Lélia Abramo, um exemplo de militante e combatente que viveu até os 93 anos de idade mantendo vivos o ideal socialista e lucidez que lhes eram próprios.

Lélia começou cedo na formação política. Por influência do pai, Vincenzo, intelectual e humanista, antes dos 16 anos já havia lido a obra completa de Dostoiévski, Flaubert, Balzac, Anatole France, entre outros. A aproximação com a vida política decorreu de seu primeiro emprego, aos 21 anos, quando conheceu de perto as desigualdades existentes entre os proprietários e os operários. Trabalhava na contabilidade de uma fábrica de passamanarias. Escolhendo o lado dos oprimidos, experimentou em pouco tempo sua primeira demissão. Debruça-se sobre a militância como defensora das idéias socialistas.

Trotskista, viveu muitos momentos significativos não só da história brasileira, como a ditadura e as diretas já, mas também italiana, onde viveu 12 anos em pleno advento da Segunda Guerra Mundial. Atuou na diretoria do Sindicato dos Comerciantes, na Liga Comunista Internacionalista, contra o regime militar e para o processo de democratização e a fundação do Partido dos Trabalhadores. Lélia teve seu nome entre os seis primeiros a signatar a ata de lançamento do partido, ao lado de nomes como Apolônio de Carvalho e Antônio Cândido.

Mais foi sem dúvida nas artes, sua grande paixão, que Lélia encontrou sua vocação. Aos 47 anos, Lélia torna-se atriz. O ano era 1958. Convidada pelo diretor José Renato, do Teatro Arena, para estrear a peça “Eles Não Usam Black-Tie”, de Gianfrancesco Guarnieri. No papel de Romana, recebeu importantes prêmios como atriz coadjuvante, entre eles o prêmio Saci, o mais importante deles, promovido pelo Estado. A partir daí, encenou mais de 20 peças de teatro, participou de 14 filmes e 27 novelas, sempre com grande sucesso. Ao longo da carreira ganhou diversos prêmios, entre eles o Molière.

Em 1979, enquanto atuava como presidente do Sindicato dos Artistas de São Paulo, durante a fase mais repressiva do regime militar, seu sonho de ser atriz foi interrompido.

Sua personagem na novela “Pai herói” foi assassinada e ela demitida da TV Globo. Mas nem isso impediu essa batalhadora de seguir em frente. Sua vida foi dedicada plenamente à construção de um país mais justo e solidário. Este foi o grande legado deixado por Lélia.

Sua história está autobiografada no livro “Vida e Arte”, da Editora Fundação Perseu Abramo. ◀





MAIS UMA VEZ, OS PEQUENOS SÃO CONVIDADOS A MOSTRAR SEU GRANDE TALENTO

O concurso **ArteFenae Desenho Infantil 2006** já está com inscrições abertas. Podem participar crianças de 5 a 12 anos com parentesco de primeiro grau com sócios efetivos da Apcef ou contribuintes do Fenae Doações.

O tema é "**Amizade**".

O concurso terá quatro categorias:

- 5 e 6 anos de idade;
- 7 e 8 anos de idade;
- 9 e 10 anos de idade; e
- 11 e 12 anos de idade.

Premiação:

1º lugar: 25.000 pontos para o participante + troféu para o autor
2º lugar: 20.000 pontos para o participante + troféu para o autor
3º lugar: 15.000 pontos para o participante + troféu para o autor
Júri Popular: 15.000 pontos para o participante + troféu para o autor

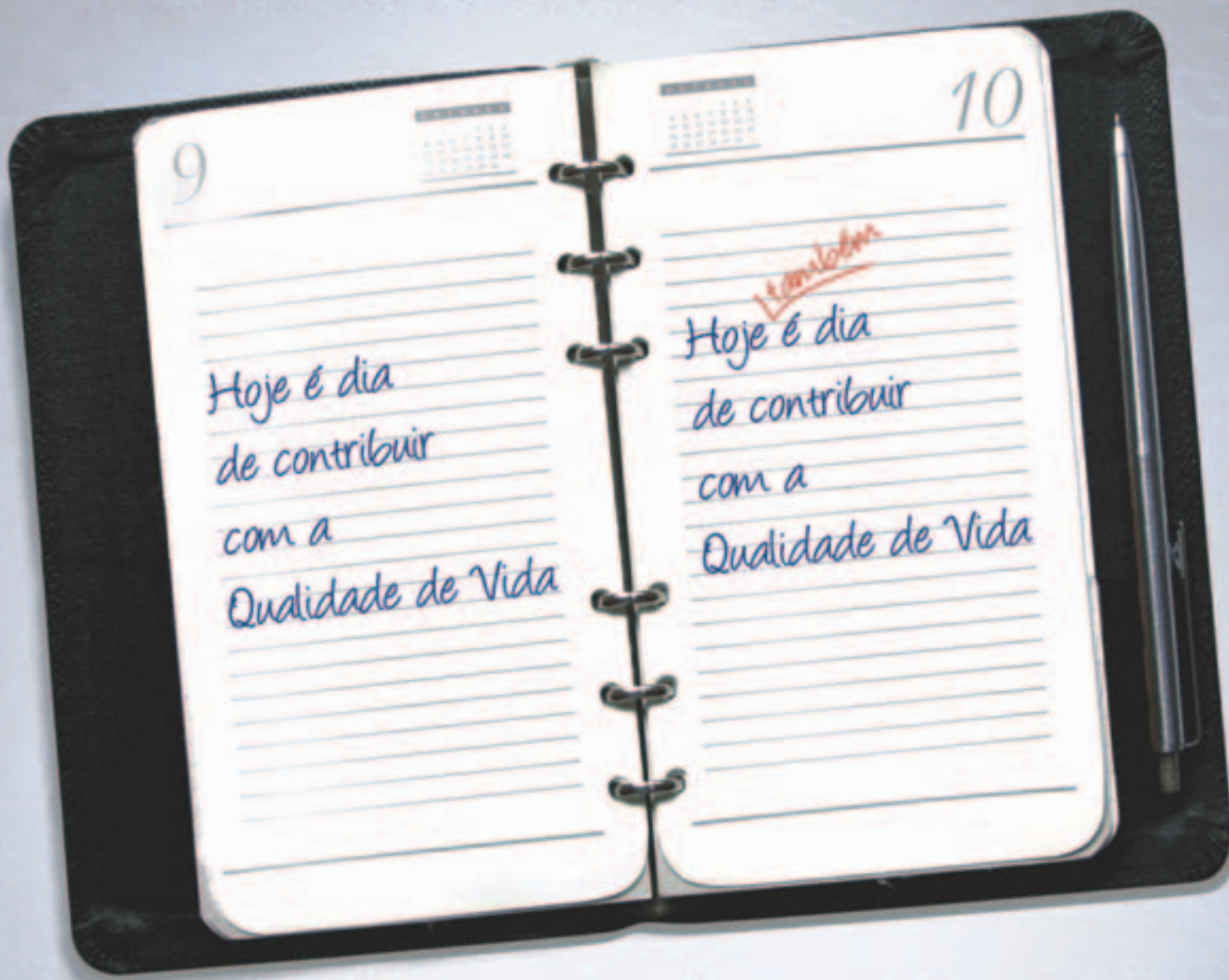
Inscrições até 7 de agosto de 2006.

O regulamento completo e a ficha de inscrição podem ser encontrados nos sites da Fenae (www.fenae.org.br) e do Programa PAR (www.programapar.com.br)

ATENÇÃO: Leia atentamente o regulamento e siga as instruções de envio da obra, pois os trabalhos em desacordo com as regras não serão inscritos.



A Corretora do Pessoal da CAIXA,



é também a corretora do desenvolvimento social.

A FENAE CORRETORA de Seguros foi reconhecida através do projeto "Empresários de Coração" que destaca e premia os Maiores contribuintes do ICMS e ISS. Neste ano a FENAE CORRETORA teve marca significativa na contribuição de seu setor, e desta forma gerando melhorias na qualidade de vida no Distrito Federal e auxiliando na construção do Instituto do Câncer Infantil e Hospital Pediátrico da ABRACE.

FENAE
CORRETORA DE SEGUROS

A CORRETORA DO PESSOAL DA CAIXA.

0800 601 8080
www.fenaeseg.com.br